

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.862 - MG (2019/0042691-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : **CONVEN SERVICOS,TRANSPORTES E GUINDASTES EIRELI**
- EM
ADVOGADOS : **MARCELO AUGUSTO SANTOS TONELLO E OUTRO(S)** -
MG075425
SERGIO AUGUSTO SANTOS RODRIGUES - MG098732
CAMILA COSTA PEIXOTO - MG163110
SUSCITADO : **JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BRUMADINHO** -
MG
SUSCITADO : **JUÍZO DA 11A VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA** - ES
INTERES. : **SEBASTIAO PIRES DA SILVA**
ADVOGADOS : **JOÃO BATISTA DALLAPICCOLA SAMPAIO** - ES004367
ANTÔNIO AUGUSTO DALLAPICCOLA SAMPAIO - ES009588
SEDNO ALEXANDRE PELISSARI E OUTRO(S) - ES008573

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência instaurado por **CONVEN SERVIÇOS TRANSPORTES E GUINDASTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, apontando como suscitados o Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Brumadinho/MG, onde se processa a recuperação judicial da suscitante, e o Juízo da 11.^a Vara do Trabalho de Vitória/ES, no qual tramita execução trabalhista n.º 0500010-04.2013.5.17.0011, movida por Sebastião Pires da Silva.

Alega que em **13/05/2015** foi deferido seu pedido de recuperação judicial pelo r. Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Brumadinho/MG - processo n.º 00055 37-39.2015.8.13.0090 - com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas.

Aduz, contudo, que, vencido o prazo de suspensão previsto no art. 6º, da Lei nº 11.101/2005, o r. Juízo da 11.^a Vara do Trabalho de Vitória/ES decidiu retomar os atos executórios, entendendo que havia cessado a competência do juízo recuperacional. (fls. 970)

Sustenta a recuperanda, porém, que a competência para determinar atos de execução sobre o seu patrimônio é do juízo da recuperação judicial, mesmo depois de ultrapassado o referido prazo de suspensão, conforme exegese do art. 3º, da Lei nº 11.101/2005, que reputa pacificada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, postula, **liminarmente**, o sobrestamento da execução trabalhista com a consequente designação do Juízo da 1.^a Vara Cível da Brumadinho/MG para decidir sobre a destinação dos valores apurados.

No **mérito**, requer a declaração da competência do juízo universal para determinar atos executórios do crédito reconhecido na demanda trabalhista, em curso na 11ª Vara do Trabalho de Vitória/ES.

É o relatório.

O pedido comporta **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

Diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 54/61 e (Juízo da Recuperação Judicial) e às fls.564/571 e 970 (Justiça do Trabalho), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da iminência de realização de atos executórios em face da suscitante, sem o devido exame pelo Juízo Recuperacional.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defer-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constitutivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0500010-04.2013.5.17.0011, em curso no r. Juízo da 11ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, afetem o patrimônio da suscitante, e **designa-se** o Juízo da Recuperação Judicial da 1ª Vara Cível de Brumadinho/MG para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator